



BAUMAN E AS MIGRAÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Janaina Santos¹

BAUMAN, Zygmunt. *Extraños llamando a la puerta*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2016. 111p.

Zygmunt Bauman nasceu na Polônia em 1925 e faleceu em 09 de janeiro de 2017. Sociólogo judeu-polonês enfrentou o nazismo lutando com o exército da Polônia. Em 1968, perseguido pelo Partido Comunista, foi forçado a emigrar de seu país, onde ministrava aulas na Universidade de Varsóvia, indo para o Canadá, Estados Unidos, Austrália e Grã-Bretanha. Tornou-se professor titular de sociologia da Universidade de Leeds em 1971 e, apesar de ter sido acolhido, sentiu-se por toda a vida um refugiado (Bauman, 2005).

Autor de mais de sessenta livros, sendo *Extraños llamando a la puerta* o último deles, publicado no Brasil justamente no ano de sua morte. Nesta obra Bauman demonstra sua preocupação com a chamada 'crise migratória' - segundo denominação corrente nos noticiários e nos discursos políticos - e as maneiras como diversos países se relacionam com a situação, construindo muros e fechando portas, desumanizando as populações migrantes sob a perspectiva da securitização que as define através daquilo que ele denomina 'pânico moral'. Em sua perspectiva, a crise que atravessamos é humana ou humanitária, uma vez que só existe pela relação que define e divide o mundo entre 'nós e os outros', reificando um binarismo social que reflete um largo processo de construção de exclusão e ausência de reconhecimento.

¹Doutoranda em Antropologia Social no PPGAS/UFSC, Mestre em História Cultural, Especialista em Educação a Distância, membro do GAIRF (Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis e região), do GT I (Grupo de Trabalho sobre Imigração da Comissão de Direitos Humanos da ALESC) e do Observatório das Migrações da UDESC. Vinculada ao GESTO (Grupo de Estudos em Oralidade e Performance).
V. 6, n. 2. p. 404-414, mai./jul. 2017.

Extraños llamando a la puerta é extremamente atual e necessário, diante de tantas medidas restritivas aos direitos das populações migrantes. O livro, que se divide em seis capítulos, chama atenção para o atual movimento de fechamento de portas e para a necessidade de ampliar o debate a partir da perspectiva dos direitos humanos.

Logo no primeiro capítulo o autor afirma que a chamada ‘crise migratória’ constitui uma construção que forma juntamente com o ‘pânico moral’ um discurso corrente para tratar de uma grande tragédia humanitária que tem se estendido e se amplificado ao longo da última década. Esta construção pareada produz um efeito ambivalente: produz comoções e logo em seguida o retorno à vida cotidiana, de forma que as tragédias são logo esquecidas ou substituídas por outras. Isto porque ao contrário do que parece sugerido nos noticiários e nos discursos políticos, as migrações em massa não constituem um fenômeno recente, embora na atualidade tenham assumido escalas e proporções maiores.

Segundo Bauman estas migrações massivas não tendem a diminuir principalmente porque os fatores que as impulsionam permanecem atuantes e porque freá-las é cada vez menos possível (e ético, como veremos). Além disso, o autor pontua os interesses do comércio mundial de armas e da indústria armamentista, além do apoio – tácito ou anunciado – de alguns governos nacionais em busca de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da construção histórica das grandes assimetrias econômicas e sociais possíveis através do colonialismo e do imperialismo que culminaram com a construção de países em que há poucas ou não há perspectivas para grande parte de suas populações.

Migrantes e refugiados, pessoas que fogem da brutalidade das guerras e despotismos, da fome e vem bater à porta de outras pessoas, tem sido sempre considerados estranhos, desconhecidos, e responsabilizados por situações e ambivalências sobre as quais há inúmeras e históricas causas. Paradoxalmente, juntamente com o crescimento desta imigração massiva tem crescido a xenofobia, o racismo e o nacionalismo, bem como o número dos representantes políticos destes segmentos, cujo projeto de confinamento e exclusão dos considerados indesejáveis é agora ameaçado pelos grandes contingentes que migram. Um precariado emergente, formado por pessoas que receiam perder seus bens, suas posições sociais e seus empregos passa a endossar tais ideologias e reafirmar a segregação aos imigrantes e refugiados.

Os migrantes são, logo no primeiro capítulo, apresentados como os emissários de “*las malas nuevas*”, ou seja, das más notícias, personificando a derrubada de uma ordem e de uma

estabilidade relativa, como os homens de anúncios dos anos 1920 que carregavam cartazes pelas cidades anunciando o fim do mundo (p. 21). Eles transportam as más notícias de lugares distantes até nossas portas, exigindo-nos que tomemos consciência de algo que “com gosto esqueceríamos ou, melhor ainda, desejaríamos que desaparecesse e que não deixam de nos lembrar” (Bauman, 2016, p. 21)². Trata-se aqui de forças distantes das quais se ouve algo esporadicamente mas que são mantidas escondidas, intangíveis, difíceis de imaginar. Estes ‘nômades’ contemporâneos (ainda que não por vontade própria) “nos lembram de modo irritante, exasperante e horripilante a (incurável?) vulnerabilidade de nossa própria posição e da fragilidade endêmica deste nosso bem-estar que tanto nos custou alcançar” (idem, p.21).

Para Bauman o costume humano é castigar os mensageiros pelos aborrecimentos e tragédias que vieram reportar e assim, ao invés de voltarmos nossas inquietações e críticas (quando não cólera e violência) às causas de tantos deslocamentos e assimetrias, grande parte dos seres humanos da Europa e dos Estados Unidos volta-se contra os migrantes. Deste modo, mostrando-nos o que grande parte do mundo (capitalista) se esforça para esquecer os migrantes em si mesmos são mídias, são mensageiros. Eles nos trazem as notícias distantes e esquecidas, mas suas mensagens são pouco vistas e ouvidas, algo que Bauman irá associar à uma cegueira e surdez moral, conforme veremos adiante. Mas suas mensagens agora, cada vez mais extrapolam os confinamentos e os campos que lhe são destinadas e a precariedade da sua condição nos lembra e nos escancara nossa própria precariedade. A construção de muros ou a invisibilização das condições que levaram seres humanos a migrar ou mesmo a proibição e as restrições aos migrantes e refugiados não irão resolver o problema.

Os migrantes, portanto, demonstram, através de sua presença e de seus constantes deslocamentos, que há paisagens sociais diversas (Appadurai, 2004). Enfrentar as realidades, próximas ou distantes com coragem não significa negá-las, mas compreendê-las em todo o seu processo de construção histórica, implicando-nos na tarefa de colaborar, dialogar e acolher, aprendendo com as diferenças e dificuldades. Como nos alerta Bauman “a humanidade está em crise e não há outra maneira de sair desta crise além da solidariedade entre os seres humanos” (p. 24), possível a partir da fusão de horizontes ao invés da fissão. Evitar o diálogo provoca um silêncio que nasce da exclusão, do desinteresse e da globalização da indiferença. Abrir a porta aos que nela batem representa o início de um diálogo, necessário para compreender não apenas as

² Todas as citações de Bauman foram livremente traduzidas pela autora.
V. 6, n. 2. p. 404-414, mai./jul. 2017.

realidades distantes mas o mundo que todos nós estamos construindo diariamente, embora muitas vezes inconscientemente, através da ética do reconhecimento das diferenças.

No segundo capítulo o autor trata da insegurança que está como que a deriva buscando uma âncora, utilizando o conceito de securitização, um termo que recentemente vem sendo sistematicamente utilizado nos discursos políticos e nos meios de comunicação. Securitização define uma reclassificação constante dos significados e dos exemplos do que pode representar insegurança - ainda que esta seja gerada pela precariedade e pela fragmentação, características da condição existencial atual. Desta forma as ameaças assumiriam constantemente novas formas, exigindo uma constante vigilância e repressão por parte dos aparatos de segurança.

Tais demonstrações de força funcionam como truques de um prestidigitador, que deslocam a preocupação dos cidadãos dos problemas que os governos são incapazes de (ou não desejam) resolver para outros problemas como a oferta de empregos e a estabilidade social, além da luta contra o terrorismo. Apresentando informações da atualidade, como a declaração do primeiro ministro da Hungria, Viktor Orbán³, de que “todos os terroristas são imigrantes”, Bauman não apenas demonstra o fenômeno da securitização como também se posiciona histórica e socialmente contra as simplificações políticas e midiáticas que ‘escravizam’ os cérebros transformando os imigrantes em inimigos ou em ameaças aos direitos individuais e à própria nação.

Desta forma a construção de uma imagem que liga imigrantes e refugiados aos medos, inseguranças e ameaças serve como um impulsionador do sentimento nacionalista e fortalece o estado-nação, às custas da negação dos direitos humanos a todos os seres humanos. A rotulação de seres humanos como imigrantes ou refugiados associada aos temores construídos desumaniza-os, tornado possível – para alguns - pensar que sua existência não justifica os mesmos direitos que têm os nacionais, isentando a responsabilidade moral que todos deveríamos compartilhar. Tratar imigrantes e refugiados como “potenciais terroristas” (p.36) os coloca fora do alcance da responsabilidade moral e do espaço de compaixão ao mesmo tempo em que as estatísticas sobre os mortos continuam crescendo.

Segundo Bauman, ao recusar acolher imigrantes e refugiados com as mesmas condições que os nacionais, há três graves consequências que acabam por beneficiar os recrutadores dos

³ Orban teve sua aprovação aumentada entre a população da Hungria de 68% para 87% após a construção de uma vala de 4 metros ao longo de 176 km de fronteira com a Sérvia e de criminalizar a imigração indocumentada. Disponível em: http://www.elconfidencial.com/mundo/2015-11-23/viktor-orban-atentados-paris-terroristas-inmigrantes_1104990/.

V. 6, n. 2. p. 404-414, mai./jul. 2017.

grupos terroristas. A primeira delas, desencadeada pelo anti-islamismo, fortalece os grupos terroristas que se aproveitam deste *apartheid* e do desenraizamento territorial, social e cultural para apresentarem-se como possibilidade de inserção, pertencimento e empoderamento social, criando assim uma espécie de ‘guerra santa’. A segunda advém do fato de que quanto piores as condições de vida dos imigrantes e mais reduzidas as possibilidades de encontros interculturais - sob a lógica de que evitando o diálogo, o conflito seria evitado - impede-se a compreensão das diferenças entre diferentes, reduzindo ainda mais as possibilidades de inserção, principalmente para os jovens. A terceira aproveita-se da dinâmica do estigma (Goffman, 1988), de acordo com a qual a separação entre ‘nós’ e os ‘outros’, segrega estes últimos, desumanizando-os e negando-lhes a aceitação e o acolhimento comunitário, golpeando a autoestima pessoal, gerando autodesprezo ou desejo de vingança, quando não há um grupo no qual a identidade possa se fortalecer.

A securitização, portanto, longe de afastar ou resolver as situações de conflito, as potencializa, pois pessoas rechaçadas ou ignoradas socialmente podem sentir-se motivadas a buscar sua ancoragem em outras comunidades, e as organizações terroristas têm sabido aproveitar-se desta necessidade, ainda que isso represente uma verdadeira excepcionalidade entre as populações migrantes. Os meios de comunicação, através da construção da culpabilidade prévia de determinados grupos, ajudam a criar e fortalecer os estigmas e a pseudonecessidade de securitização. Bauman, neste sentido, defende que as maiores armas que o Ocidente pode utilizar contra o terrorismo são a inclusão e a integração social em nosso próprio território, e não apenas no isolamento dos campos de refugiados. Ou seja, é preciso abrir a porta e acolher.

No terceiro capítulo, Bauman explora o “espectro do ‘homem forte’ (ou da ‘mulher forte’) [...] esse fantasma – que, no caso particular, se disfarçou de Donald Trump, se bem que sabemos que pode adotar muitos variados avatares locais ou nacionais” (p. 47)⁴, em outros tempos e espaços, eleitos e exaltados por uma população precarizada, temente de perder seus empregos e seu ritmo de consumo, e que é politicamente mobilizada para a defesa do racismo, do nacionalismo e da expulsão de imigrantes em troca da promessa do crescimento econômico e do fortalecimento do Estado Nacional. Bauman constrói a noção de ‘medo oficial’, um poder criado pelo homem mas que está além da capacidade humana de opor resistência, tendo sido feito sob medida, demasiadamente humano. E a precarização de origem se expande aos modos de viver a

⁴ Na época em que o livro foi escrito Trump ainda era apenas candidato à presidência dos Estados Unidos da América.

V. 6, n. 2. p. 404-414, mai./jul. 2017.

vida, desde a sociedade disciplinar substituída agora pela ‘sociedade de rendimentos’, que classifica as pessoas em termos de sua (auto)suficiência e adequação.

As pessoas que estão no poder e que ele chama de ‘fortes’ atuam como geradoras de medo oficiais e ocupam-se de aumentar a fragmentação social, a incerteza existencial e o próprio medo, que é o que os mantém no poder. Desta forma o “medo cósmico” (p.50) explorado pela religião passa a ser ressignificado pela política, convertendo-se em “medo oficial, o medo a um poder humano que não é de todo humano” (p.51), próprio da sociedade disciplinar ou da “modernidade líquida” (p.56) segundo a terminologia do próprio autor. O sentimento de não adequação a este mundo individualizante aprofunda a segregação e aumenta os níveis de precarização e desestabilização de uma parcela considerável da população. Um outro aspecto é a “erosão da soberania territorial das unidades políticas existentes, causada pelo processo em curso de globalização do poder (...) não acompanhada por uma similar globalização da política (...) o que se traduz em uma grande discordância entre os objetivos da ação e os meios para que esta seja efetiva” (p.59).

Podem resultar desta falta de comunicação entre sociedades modernas e alguns grupos étnicos minoritários a formação de alguns movimentos identitários, como reações para tentar conter as transformações das sociedades modernas, pois a própria urbanidade implica a coexistência com grupos estrangeiros e quando a sociedade ‘desmorona’ a nação aparece como garantia final. Desta forma, o nacionalismo agressivo personificado em um homem ou mulher forte, torna-se possível através do fechamento das portas aos estrangeiros. Entretanto este nacionalismo ignora nossa condição cosmopolita e o fato de que “vivemos já, gostemos ou não, em um planeta ‘cosmopolitizado’ com fronteiras porosas e altamente osmóticas, e caracterizado por uma interdependência universal” (p. 62). Segundo Bauman, falta-nos uma consciência cosmopolita a altura desta condição, bem como as instituições políticas necessárias. As promessas e pretensões dos homens e das mulheres fortes são, portanto, desmentidas pela realidade.

No quarto capítulo, intitulado ‘*juntos y apiñados*’ Bauman demonstra a condição nômade, e portanto migrante, da humanidade desde seus primórdios sobre a Terra. Os grandes deslocamentos do século XXI podem ser pensados como uma atualização dos primeiros grandes deslocamentos humanos que povoaram os atuais continentes. Portanto a representação da chamada ‘crise migratória’ com um fenômeno recente na história da humanidade constitui um discurso alarmista, bem como as respostas sociais e políticas a ela. Segundo Bauman faz apenas

uma “minúscula franja na história” (p. 66) da humanidade que esta aprendeu a viver junto com aqueles que compartilham a mesma língua, território, leis e costumes, o que vem se intensificando nos dois últimos séculos, de modo que real ou virtualmente podemos estar em contato com a maior parte dos habitantes do planeta, compartilhando imagens, modos de pensar, agir e sentir.

Segundo o autor, caminhamos todos, ou já chegamos, a uma bifurcação: o bem-estar cooperativo ou a extinção coletiva. Não há mais terras a ‘descobrir’ ou colonizar, ‘limpando-as’ das populações indígenas. Bauman evoca Kant para tratar da paz perpétua e do direito cosmopolita que corresponde a um direito universal de hospitalidade e que garante que todos os seres humanos têm os mesmos direitos de habitar os mesmos espaços na Terra que os outros.

Sua abordagem aponta para um direito de associação, ainda que preserve a autonomia de estados e nações, que assegure o diálogo e a cooperação, bem como para o previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948. Esta, no seu artigo 1º afirma que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” e no seu artigo 13 dispõe que “1.Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado; 2.Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”.

Bauman critica a “cegueira moral de inspiração ideológica” (p.73) que de certa forma nos imuniza contra o sofrimento e a humilhação humanas. Assim em contraste com a constante expansão do espaço de interdependência humana se produz atualmente uma retração do que se admite como obrigações morais, com exceção das “tristemente efêmeras explosões carnavalescas de solidariedade e interesse detonadas pelas imagens de sucessivas tragédias espetaculares na interminável saga dos migrantes” (p. 73). A moralidade segue, entretanto, sendo uma propriedade codificada em disputa, da qual muitas pessoas e discursos se apropriam. Para Bauman ser (ou ter) moral, significa:

[...] em essência, conhecer a diferença entre o bem e o mal e [saber] onde traçar a linha que separa um do outro (apesar de só sermos capazes de notar a diferença entre ambos quando os vemos em ação ou quando contemplamos a possibilidade de coloca-los em prática) (p 74-75).

Ou seja, é na relação – e podemos lembrar do pensamento de Marilyn Strathern (2014) para quem as pessoas tem potencial para se relacionarem e estão sempre dentro de uma ou mais matriz(es) de relações - que podemos compreender os limites da ética e assumir (ou não) nossa

responsabilidade moral. Devemos nos responsabilizar “absolutamente, sem limites e sem exceções” (p. 75) pelo bem-estar de todos os outros.

Entretanto, segundo Bauman demonstra com base nos fatos empíricos e através dos discursos políticos de líderes europeus e norte-americanos, a humanidade (ou uma parte dela) tem apresentado a tendência de estabelecer uma fronteira entre ‘nós’ e os ‘outros’, assumindo a responsabilidade (ética) para as questões que nos dizem respeito, mas não para as questões dos outros. Esta ambivalência ou dissonância, que nega a responsabilidade moral em alguns casos, desumaniza uma vasta parcela da população mundial, qualificada como ‘os outros’, tornando possível compreender como a solução para a ‘crise de refugiados e imigrantes’ proposta por muitos políticos possa ser a construção de muros e cercas, ou ainda a criação e a manutenção de campos de refugiados que, através do controle que exercem, mais se parecem com campos de detenção, conforme demonstrou Agier (2006).

Zygmunt Bauman segue nos lembrando de como a política migratória vigente na maior parte do mundo é segregadora, excluindo de suas fronteiras aqueles considerados ‘indesejáveis’ e esquecendo-se assim dos direitos humanos de grande parte da humanidade. Entretanto, tentando demonstrar esperança, ele afirma que ainda existe a possibilidade de que a Europa opte pela primeira das duas opções restantes: criar condições de gerir as migrações a partir da perspectiva dos direitos humanos ou continuar tratando a imigração como um problema e reduzindo cada vez mais os direitos humanos dos migrantes, mantendo-os em permanente estado de insegurança e vulnerabilidade.

Ainda que não seja um livro repleto de citações, Bauman está acompanhado do pensamento e da perspectiva ética de autores como Kant, Hannah Arendt, Michel Agier, entre outros, e enaltece a “elegância lógica de um universo liberado de suas inatas e endêmicas contrações” (p. 91) em que a filosofia se processa, reconhecendo as múltiplas crateras de nossas decisões morais e da própria realidade em si. Estas rupturas tornam-se possíveis quando amparadas na autoridade dos costumes e da maioria.

Appadurai no livro *O medo ao pequeno número*, ao tratar da produtividade social da violência, e de como esta está instaurada como ordem ou paisagem social, menciona que as minorias – bem como majorias, que emergem a partir do século XVIII, constituem “uma categoria social e demográfica recente e, hoje, elas geram novas preocupações sobre direitos (...) e suscitam novas maneiras de examinar as obrigações dos estados, bem como os limites da

humanidade política, pois pertencem à área cinzenta incômoda situada entre os cidadãos propriamente ditos e a humanidade em geral” (Appadurai, 2009, p.39).

O confinamento de muitos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio em “inumeráveis campos, quilômetros de corredores de passagem, ilhas, plataformas marítimas e até cercados em desertos” (p. 83) - que podem mesmo ser consideradas “prisões de fato” - visa consolidar uma divisão entre nós e os outros, considerados “restos” (p. 82), doentes, invisíveis. Tal estratégia, entretanto, que vem perdurando desde meados do século passado, agora tem se mostrado ineficiente para conter e afastar algumas parcelas destas populações, que vem assim bater a nossa porta.

No último capítulo Bauman trata das raízes do ódio contra aqueles que habitam lugares distantes e nos parecem estranhos. O autor principia mencionando que a nossa experiência relativamente recente de habitar simultaneamente dois mundos diferentes, sendo um real (*offline*) e o outro virtual (*online*) implica em uma menor percepção das fronteiras entre um e outro. Aprendemos a nos movimentarmos com desenvoltura entre um e outro, sem perceber que “não possuem fronteiras claramente marcadas, nem postos de controle migratório, nem guardas de segurança (...), nem agentes de imigração” (p. 93).

Conseguimos, portanto, coexistir em ambos os mundos ao mesmo tempo, apesar de termos a consciência de que estamos coabitando mundos diversos, cada um deles com seus conjuntos de expectativas e regras. No mundo desconectado devemos nos ajustar, negociar deveres e direitos, enquanto no mundo conectado, na maior parte das vezes possuímos o controle das situações. Neste ambiente virtual torna-se muito fácil eliminar o contraditório, o diferente e o indesejável, e assumir a perspectiva de que nada é irreversível ou irreparável. O mundo desconectado é complexo, repleto de heterogeneidades e multiplicidades, ao passo que o mundo *online* tende a ser um ambiente simplificado e pouco controverso, de baixa complexidade e com poucos riscos.

Desta forma Bauman nos lembra que o imperativo categórico da moral entra em confrontação direta com o medo do desconhecido, personificado pela realidade das massas de estrangeiros que vem bater a nossa porta. Estes homens, mulheres e crianças representam o desconhecido e a antítese da simplificação possível no mundo *online*. Segundo ele, portanto, muitos se refugiam neste universo virtual para fugir das complexidades, ambiguidades e contradições do mundo real, preferindo não enxergar e não (re)conhecer a real dimensão humana

envolvida nas questões migratórias, tornando-se desta forma moralmente cegos e surdos. Para o autor, entretanto, a *internet* não é a causa desta cegueira e surdez moral, embora facilite o crescimento deste fenômeno.

A individualização imposta pela sociedade de mercado, definida como “a erosão progressiva dos laços comunitários, que se traduz em vulnerabilidade, volatilidade e por último, no desmantelamento de alguns coletivos integrados” (Bauman, 2016, p. 99), que busca rendimentos individuais e estimula a competição real ou potencial atua como a principal causa desta cegueira e surdez moral. Isso porque coloca antecipadamente o outro sob suspeição, sob a lógica da necessidade de vigilância que pressupõe uma ameaça, dando espaço para um mundo *hobbesiano* de guerra de todos contra todos (p. 100).

O medo reveste-se de muros, de cercas e de vigilâncias nas fronteiras e permite que não nos responsabilizemos por aquilo que consideramos não termos influência ou participação direta. Desta forma torna-se possível definir como fatalidade que botes afundem matando milhares de pessoas e que outras tantas morram vítimas de nossa indiferença, que refugiados e solicitantes de refúgio sejam expulsos ou tenham seus cobertores retirados pela polícia durante as noites parisienses de temperaturas negativas. Mas Bauman não nos perdoa: chamar este drama humano de fatalidade demonstra, além de cegueira e surdez moral, todo o nosso fracasso e ignorância. Os migrantes, principalmente os recém-chegados, assumem a culpa de toda a insegurança e volatilidade da vida que, entretanto, já precedia sua chegada.

Mas o autor aponta como evitar vitimar ainda mais o outro, sugerindo o encontro que produz um diálogo que aspira um entendimento mútuo, que pode ser denominado como um processo de ‘fusão de horizontes’ (p. 102) e representa a construção de horizontes comuns, a partir do reconhecimento da universalidade dos direitos humanos, sem exceções.

A conversação seria, portanto, a via direta para o “entendimento mútuo, a consideração recíproca e, em último termo, o acordo” (p.103), o que não a torna fácil ou simples, mas inevitável, além de mutuamente benéfica e cooperativa, ultrapassando fronteiras e estabelecendo novas pontes.

Bauman conclui sugerindo que a ‘crise migratória’ é o resultado de nossa dificuldade de comunicação, de diálogo e de conversação, de nossa incapacidade de perceber o outro como legítimo detentor dos mesmos direitos que nós, sendo, portanto, um sintoma do modo como construímos relações assimétricas, barreiras e muros ao invés de relações simétricas, pontes e

caminhos. Sua sugestão neste seu último livro é de que façamos a escolha de abrir a porta aos que estão batendo para escutar suas mensagens e dialogar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, nov. 2006. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/ts/article/view/12521/14298>>. Acesso em: 28 feb. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000200010>.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

_____. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

_____. *Extranós llamando a la puerta*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2016.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1988.

MAUSS, Marcel. [1923-1924] *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify. 2013.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Genebra, 1948. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify. 2014.

Recebido em: 28 de fev. 2016

Aceito em: 22 de abr. 2017